

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

NOTA TÉCNICA N.º 1/2020/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ

(versão 1, 31 de julho de 2020)

Assunto: Embasamento técnico e sugestões para ações de promoção da saúde ambiental e estratégias educacionais para mitigar as iniquidades no acesso à Educação Básica no Brasil no contexto da pandemia de COVID-19.

DOCUMENTO COMPLEMENTAR # 2

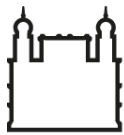
COMISSÃO INTERNA DE SAÚDE E AMBIENTE

Praticamente todas as escolas têm alguma instância de integração comunitária para opinião e/ou deliberação sobre pontos de interesse. Em alguns casos chamam-se Conselhos Escolares, em outros Conselhos de pais e mestres, ou qualquer denominação similar.

O que se espera dessa comissão? Que ela ajude a escola a consolidar a nova cultura de saúde, segurança, solidariedade, confiança e sustentabilidade necessária para a nova escola, a médio e longo prazo. Que seja a interlocutora local do PSE e com os diversos órgãos da escola. Para isso, os participantes precisam estar motivados intrinsecamente, com o objetivo de cooperar e de transformar a escola por dentro da crise. Pensar as necessidades da escola quanto ao cumprimento das metas do Programa Nacional de Educação e organizar a luta coletiva da escola em seu território para que sejam criadas as condições necessárias à isso.

Intersetorialidade: a saúde não se resolve apenas com agentes de saúde e outros profissionais. A saúde depende das condições de moradia, alimentação, transporte, cuidados com o ambiente, da cultura e da educação da comunidade envolvida. É relevante realizar um mapeamento de todos os setores e pessoas que interagem com a escola e que podem e devem se envolver com a sustentação das atividades de saúde na escola. É relevante mapear também todas as situações de saúde que envolvam o acometimento de alunos e seus familiares, dos profissionais da escola e seus familiares, de fornecedores de insumos e serviços à escola e seus familiares pela COVID-19. É relevante identificar, através de outros órgãos e setores, a presença de situações de insegurança alimentar, de violência doméstica e urbana, e as condições físicas e mentais de toda a comunidade escolar no enfrentamento dessas questões desde a suspensão das aulas. Por isso, não bastam a viabilidade de questionários para os responsáveis e alunos, sendo necessária a busca ativa de informações em fontes mais ampliadas, em outros setores das relações sociais da comunidade escolar. Esse é o papel e o sentido da visão intersetorial.

Participação popular: alinhada com a política nacional de vigilância em saúde: formação de agentes populares. É necessário engajamento comunitário para a resolução do seu problema, configurando uma rede de vigilância epidemiológica na escola, com participação popular,



envolvendo funcionários, responsáveis e profissionais da educação. É necessário formar as crianças, mas também as famílias, em relação às questões de saúde e de ambiente. Soluções podem surgir com a ativação dos Conselhos Escolares, Conselhos Escola Comunidade, Grêmios, ou outros órgãos similares (pais, alunos, professores, gestores, funcionários que moram nas proximidades da escola). Também com grupos de comunicação em rede (whatsapp) específicos para as ações do plano.

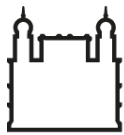
Eixos do trabalho da Comissão:

- (1) **Promoção da Saúde** (ações de promoção da saúde e prevenção de doenças),
- (2) **Riscos à saúde** (doenças infecciosas e não infecciosas prevalentes na escola e riscos ambientais: mapeamento, monitoramento e vigilância),
- (3) **Epidemiologia local** (dimensão e dinâmica dos problemas de saúde locais: indicadores e progressão no tempo).
 - Quem deve participar? Quem quiser, desde que com a motivação de contribuir com estudos, elaboração de diretrizes, propostas e ações. Preferencialmente cobrindo todos os segmentos da comunidade escolar.
 - Quanto tempo deve durar a comissão? O tempo que a comunidade decidir. Em alguns casos poderá ser somente durante a pandemia, para acompanhamento dos indicadores.
 - Como formar os participantes? Com apoio de cursos curtos, oficinas e rodas de conversa virtualizadas apoiadas por instituições públicas de ensino, de unidades gestoras de educação ou de instituições de nível superior (universidades e institutos de pesquisa).
 - Que conteúdos são necessários à essa formação? os conteúdos apontados pelos próprios participantes a partir da leitura desta Nota Técnica e/ou de outros documentos de referência sobre o tema.
 - Que estratégias formativas podem ser usadas? Diversas, a depender dos grupos em foco.

Principais funções:

- Acompanhamento de casos: Alunos + funcionários + fornecedores + familiares + contatos da família
- Mapeamento da situação epidemiológica: testagem, busca de contatos, separação das pessoas infectadas, olhar especial para áreas vulneráveis. A testagem da população escolar pode ser extremamente informativa. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, o Rio de Janeiro tem 70 mil professores e atende 600 mil estudantes.
- Interlocução com o PSE para garantia da promoção da saúde e das medidas de proteção.

No contexto da manutenção sustentada da epidemia de COVID-19, ainda sem o conceito de sua transformação em endemia, as medidas mais adequadas de proteção e de promoção da saúde

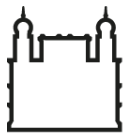


continuam sendo as propostas pela OMS e UNESCO em seus documentos de referência, adequados a cada faixa etária (*vide* Documento Complementar 1):

- Seguir determinações das autoridades locais (Quais são as autoridades locais? Como estão as curvas de números de novos casos e de mortes? Quais são os indicadores relevantes? Há leitos e recursos médicos disponíveis, em equipes de saúde, EPI e insumos? São suficientes em caso de aumento expressivo da circulação de pessoas? Como estão as estratégias de testagem? O risco de contágio está abaixo de 1?)
- Estimular o engajamento da comunidade escolar nas ações de prevenção e controle de casos (funcionários, alunos e pais).
- Fazer o rastreamento de sintomas e histórico de exposição ao SARS-CoV-2 de cada criança e funcionário que chegue na escola.
- Fazer a checagem diária de sinais e sintomas de estudantes e funcionários.
- Estimular que pessoas doentes fiquem em casa.
- Proteger crianças e funcionários dos grupos de risco.
- Manter práticas saudáveis: distanciamento social de 1 a 2 m (há espaço nas salas e demais ambientes comuns, e são arejados? É possível manter o distanciamento sem aglomeração?), higienização frequente das mãos e ambientes (há locais para isso?), locais arejados, uso de equipamentos de proteção individual (máscaras e outros) por funcionários, engajamento (é possível realizar o treinamento dos funcionários em protocolos de saúde e segurança?)
- Manter ativas estratégias de comunicação com as famílias, alunos e autoridades de saúde local.

Nesse sentido, o documento formulado pela UNESCO em abril de 2020, e disponível em diversos idiomas, inclusive o português, sistematiza 13 perguntas que as escolas precisam ser capazes de responder para avaliar as condições de manutenção ou suspensão das aulas. A busca de respostas à essas perguntas é uma das atividades propostas para a Comissão Interna de Saúde e Ambiente:

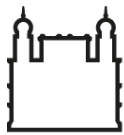
- ❖ 1. Quão essencial é o ensino em sala de aula para alcançar os respectivos resultados de aprendizagem (de base, transferível, digital, específico para o trabalho), reconhecendo questões como a importância da interação direta de crianças menores com os professores para a aprendizagem lúdica e o desenvolvimento de habilidades fundamentais?
- ❖ 2. Quão disponível e acessível é o ensino à distância de alta qualidade (para os respectivos resultados de aprendizagem, faixas etárias e grupos marginalizados)?
- ❖ 3. Por quanto tempo a atual abordagem de ensino à distância pode ser mantida, incluindo resultados de aprendizagem e bem-estar sócio emocional, dadas as pressões internas sobre os tutores e outros fatores específicos de cada contexto?
- ❖ 4. Os tutores têm as ferramentas necessárias para proteger as crianças de assédio e violência online, enquanto estão aprendendo através de plataformas online?



- ❖ 5. Como os pontos críticos de transição na jornada de aprendizagem (prontidão para a escola; conclusão e transição do ensino fundamental 1; conclusão do ensino fundamental 2 e ensino médio e transição para o ensino superior) são afetados pela pandemia e pelas respostas a ela?
- ❖ 6. Quão prontos e capazes estão os professores e as autoridades educacionais para se adaptar às diferentes abordagens administrativas e de aprendizagem? Estão aptos e prontos para implementar medidas de prevenção e controle de infecções?
- ❖ 7. Existem riscos relacionados à proteção das crianças que não frequentam a escola, como aumento do risco de violência doméstica ou exploração sexual de meninas e meninos?
- ❖ 8. O fechamento das escolas compromete outros serviços de apoio prestados pelas escolas, como atividades de saúde e alimentação escolar?
- ❖ 9. Quais são as implicações sociais, econômicas e de bem-estar de as crianças não estarem frequentando a escola?
- ❖ 10. Qual é a capacidade da escola de manter operações escolares seguras para mitigar riscos, como o distanciamento social (ou seja, tamanho da sala de aula relativo ao número de alunos); além da manutenção de instalações de água, saneamento e higiene e práticas saudáveis?
- ❖ 11. Qual é o nível de exposição entre a população escolar e os grupos de maior risco, como idosos e pessoas com condições médicas subjacentes? Se a exposição for alta, podem ser feitos esforços de mitigação suficientes?
- ❖ 12. Como a população escolar vai e volta da escola?
- ❖ 13. Quais são os fatores de risco comunitários, considerando questões epidemiológicas, capacidade do sistema de saúde pública e de atendimento, densidade populacional, adesão ao distanciamento social e boas práticas de higiene?

Cada um dos pontos acima precisa ser pautado no debate interno de cada escola. A simples questão do uso da máscara facial é polêmica: Quem deve usar máscaras na escola? Deve-se evitar o uso de máscaras para criança de 1 a 7 anos? Que organizações indicam que abaixo de 2 anos não deve usar máscara? Como as crianças acima de 2 anos usam máscara? Como orientar os pais na saída das crianças à rua?

Riscos à saúde na escola: Antes da COVID-19, a escola já conhecia a maioria dos riscos à saúde das crianças e jovens que a frequentam. Esses riscos vão desde a deficiência em acuidade visual e auditiva, quedas, traumas, intoxicações alimentares, alergias, asma, diabetes, e mesmo a fome, a violência, o racismo e o bullying. Talvez hoje os riscos à saúde mental das crianças, dos professores e dos profissionais em educação seja um dos maiores, senão o maior de todos. Esses riscos já vinham sendo mitigados na escola? O que cabe fazer no novo contexto da pandemia? É possível melhor mapeamento e intervenções? É possível aprendizados com esses riscos?



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Instituto Oswaldo Cruz

Todas essas são perguntas que precisam de reflexão e estudo. E por isso consideramos que não basta um protocolo definir ou prescrever tal ou qual ação, mas que cada ação deve ser definida com base na cultura e no aprendizado locais.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2020.

(__ª revisão, __ de _____ de 20__)

Nota Técnica preparada pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do IOC/Fiocruz através de Grupo de Trabalho especificamente composto para esse fim.

Participaram do grupo de trabalho que redigiu essa Nota Técnica

1. Adriana Vallochi – pesquisadora do IOC/Fiocruz
2. Clélia Christina Mello Silva A Costa – pesquisadora do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS
3. Daniel Salvador – professor do CEDERJ/ docente PG-EBS
4. Deise Viana – professora da UFRJ/ docente PG-EBS
5. Iviling Meloni – professor da rede pública no Rio de Janeiro/ mestrando PG-EBS
6. Jacenir Mallet dos Santos – pesquisadora do IOC/Fiocruz
7. Jacqueline Mac-Dowell Alves- professora da rede pública no Rio de Janeiro / pós-doutoranda PG-EBS
8. Marcelo Camacho – professor do IOC/Fiocruz
9. Mariana Souza - pesquisadora de FarManguinhos/Fiocruz
10. Paulo Stephen - pesquisador do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS
11. Roberta Corrêa – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
12. Roberta da Matta – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
13. Rosane Santos – professora da rede pública no Rio de Janeiro/ doutoranda PG-EBS
14. Sandro Fernandes - professor da rede pública no Rio de Janeiro/ doutorando PG-EBS
15. Tania Araujo-Jorge - pesquisadora do IOC/Fiocruz/ docente PG-EBS

Convidados externos que contribuíram :

16. Cristina Magela Oliveira – diretora pedagógica do Colégio Pedro II
17. Alex von Sydow – diretor pedagógico do Colégio Pedro II
18. Katia Regina de Oliveira – responsável pelo Núcleo Interdisciplinar de Apoio Profissional (NIAP)/ Município do Rio de Janeiro
19. Sylvia Tristão – coordenadora do PSE/Município do Rio de Janeiro
20. Elisabete Gomes Barbosa Alves – profissional do PSE/Município do Rio de Janeiro
21. Dayane Feliciano – subsecretaria de educação de Itaguaí